

28 FEV 1991

Resgate da Escola Pública

CORREIO BRAZILIENSE

FÁTIMA CUNHA FERREIRA PINTO

Venho ao longo de minha trajetória educacional dedicando-me à valorização da Escola Pública, dos seus reais objetivos, necessidades e atendimento a uma clientela específica. Não há duas escolas separadas, isto é, a escola particular e a escola oficial. Em realidade o que existe, em termos de Escola Pública é a obrigação do Estado para com a sociedade garantindo a educação de seus cidadãos, formando-os em direção a determinados fins, consoante a política pública dos Países.

Ao analisarmos o desempenho do nosso aluno da Escola Pública, em geral, identificamos características que a qualificam, tanto positiva como negativamente. A escola é uma organização complexa, aí se destacando, além do currículo, do projeto político pedagógico por ela trabalhado, as relações que se estabelecem no seu interior, isto é, as relações de poder, as pedagógicas, as sociais. Ocorre, também, nessa instituição uma ação mediadora dos valores que a sociedade lhe delega; do papel social que ela representa, das expectativas que ela oferece.

A Escola Pública possui na sua prática pedagógica um caráter histórico social que a faz ser contextualizada e comprometida socialmente com seus educadores e educandos. Para que haja um resgate da “imagem real” dessa instituição, é preciso, hoje, superar um grande desafio que extrapola as condições meramente metodológicas.

Alguns passos poderiam ser tentados na transformação pretendida:

1º) Articulação da conjuntura com o modelo vigente — esta articulação possibilitaria tentar superar o formalismo da estrutura (que tende à categoria reducionista) para a adequação da conjuntura (que tende à categoria intervencionista). Os métodos didáticos, os conteúdos pedagógicos, seriam discutidos à luz da sua intervenção no contexto atual.

2º) Integração dos meios e fins da Educação — parece óbvio esse passo, mas ainda encontramos uma dicotomia entre o processo e o produto da escola, entre o conteúdo e a avaliação, entre a dimensão técnica e a dimensão política; entre a ação e a apresentação; entre o fazer e o saber.

3º) Comunicação entre o discurso pedagógico e a prática pedagógica — a comunicação, vital no processo ensino-aprendizagem, tem sido revestida de uma linguagem mais sofisticada no seu discurso, principalmente nos meios acadêmicos, e uma linguagem mais sucateada na sua prática. Ocorre, então, que muitas vezes a “qualidade da Escola Pública” está claramente determinada (e pretendida) no discurso pedagógico, mas a sua operacionalização corre por caminhos que nem sempre são os pretendidos.

4º) Autoridade da escola — não como sinônimo de instituição autoritária — é um passo importantíssimo. A Escola Pública é uma instituição que tem a sua autoridade definida pelo que ela se propõe na sociedade,

desde que mediante ações coletivas e participativas se busque o “modelo” de aluno que se quer formar, para que sociedade e de que maneira se fará, à medida que rígidos regulamentos ou descompromissados projetos vão se estruturando, modifica-se a ordem dos valores e o autoritarismo assume o lugar devido à autoridade requerida.

5º) Expectativas positivas — Rosenthal e Jacobson, pesquisadores americanos, já realizaram estudos que evidenciaram a influência das expectativas do professor no rendimento dos alunos. Essas evidências demonstram que, quando o professor espera bons resultados dos seus alunos, aumenta a probabilidade desta ocorrência, da mesma forma que, quando o fracasso do aluno já está sendo “aguardado” pelo professor, sua probabilidade de concretizar-se torna-se realidade. Não basta, entretanto, que o professor tenha expectativas positivas com os seus alunos da Escola Pública, mas que ele seja capaz de desenvolver um projeto que atenda a essa clientela, sem fazer, a priori, uma distinção do seu desempenho futuro.

A Escola Pública tem no seu interior inúmeras variáveis que precisam de reposicionamento e sua transformação, por certo, dar-se-á pela intenção e propósito de suas buscas reais, e não apenas por determinação de instância superiores na qualificação e superação de suas necessidades.

■ Fátima Cunha Ferreira Pinto, doutora em Filosofia da Educação, é secretária de Estado da Educação do Rio de Janeiro